

Pressionada, ^{documentos} CPI suspende relatório.

RELATÓRIO SUSPENSO É INDISPENSÁVEL PARA BLOQUEIO DE BENS E INÍCIO DO PROCESSO CRIMINAL CONTRA PARLAMENTARES CORRUPITOS



A CPI do Orçamento sucumbiu às pressões do corporativismo do Congresso e dos partidos políticos e suspendeu o relatório parcial que ficaria pronto no dia 16. Este seria o único instrumento jurídico capaz de dar condições à Procuradoria-Geral da República para que pedisse à Justiça o bloqueio de bens e o início do processo contra parlamentares corruptos. "Se mantivéssemos a linha do relatório, iríamos contra o Congresso e os partidos"; admitiu, desolado, o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). A comissão descobriu ontem que o "tio", responsável pela liberação de verbas para obras da Norberto Odebrecht, seria Nelson Baeta Neves, assessor do ex-ministro Antônio Cabrera.

Roberto Magalhães considera que a auto-investigação que o Congresso realiza é uma atividade muito difícil. "Quem investiga os parlamentares é um

"Tio" citado em documentos da Odebrecht seria Baeta Neves, assessor do ex-ministro Antônio Cabrera

órgão mais frágil que o Congresso, porque foi criado por ele", afirmou. "Além do mais, há o controle dos partidos, que indicam os integrantes da CPI e podem desestabilizá-la". Magalhães disse que a opção de abandonar a ideia do relatório parcial foi necessária para que a CPI "chegue ao porto". Ele acha que a sociedade vai ficar frustrada, mas exigirá que o Congresso assuma esta responsabilidade. "Não admitirei que tentem jogar a decisão em cima da CPI".

As pressões contra a CPI do Orçamento tiveram início a partir da divulgação dos documentos apreendidos na casa de Aílton Reis, diretor da Construtora Norberto Odebrecht. Entre os papéis, constavam os nomes de vários integrantes do PFL, partido que vi-

nha conseguindo manter-se distante das denúncias. A citação de parlamentares como José Carlos Aleluia e Eraldo Tinoco fez crescer a pressão do grupo do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. Quando a subcomissão de emendas tentou quebrar o sigilo bancário da deputada Roseana Sarney (PFL-MA), o grupo ligado ao senador José Sarney (PMDB-AP), pai da deputada, invadiu a sala da subcomissão para manter o sigilo.

O PFL e o PPR, por sua vez, acusaram a Mesa Diretora da CPI de protecionismo ao deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que vem conseguindo adiar seu depoimento. O PMDB também acusou a CPI de proteger o líder do PPR, José Luiz Maia (PI). As

pressões ficaram maiores quando se anunciou que oito deputados seriam citados no relatório preliminar. A Câmara reclamou que nem um senador tinha sido ouvido. Criou-se, entre os líderes dos partidos, uma solidariedade antecipada,

levantando-se a possibilidade de nem haver um segundo relatório. As cabeças de oito parlamentares seriam suficientes para dar a satisfação à sociedade.

A descoberta da identidade do "tio", citado pela documentação da construtora Norberto Odebrecht, também ocorreu a partir do exame dos disquetes apreendidos na casa de Reis. Decodificados, os disquetes chamaram a atenção pelo número de vezes em que Baeta Neves é citado. Feitos os cruzamentos, descobriu-se que os pedidos de empenho de Reis para que o "tio" liberasse dinheiro para as obras terminavam sempre no ex-assessor de Política Agrícola de Cabrera, ministro da Agricultura no governo Collor. A CPI, porém, não encontrou nada que incrimine o ex-ministro.